

BOLETIM
TRIMESTRAL
DE INVESTIMENTOS



2º trimestre de 20**26**

Destaques: 2º trimestre de 2026

Conflitos no Oriente Médio impactam os preços do petróleo, inflação persistente e cautela dos bancos centrais dos países desenvolvidos continuam influenciando os mercados. Bancos centrais mantêm postura atenta, enquanto o Banco Central do Brasil prossegue com a redução gradual dos juros em meio às incertezas fiscais.



1. Cenário Internacional

O 2º trimestre de 2026 foi marcado pela continuidade das tensões geopolíticas no Oriente Médio, mantendo elevado o nível de incerteza nos mercados globais. Embora não tenham ocorrido novos choques comparáveis aos observados no trimestre anterior, os efeitos do conflito permaneceram pressionando os preços de energia e influenciando as expectativas para inflação e política monetária nas principais economias.

No Japão, o Banco do Japão (BOJ) deu continuidade ao processo de normalização de sua política monetária ao elevar a taxa básica de juros de 0,75% para 1,00% na reunião de junho, atingindo o maior patamar em 31 anos. A decisão refletiu a preocupação da autoridade monetária com a persistência das pressões inflacionárias, especialmente aquelas decorrentes da alta dos preços de energia e da depreciação do iene, reforçando o movimento global de manutenção de condições monetárias relativamente restritivas como destacado acima.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed) optou por manter a taxa básica de juros no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano, refletindo postura cautelosa diante da persistência das pressões inflacionárias. A reunião de junho marcou a estreia de Kevin Warsh na presidência do Federal Reserve, que sinalizou condução da política monetária com menor utilização de orientação futura (*forward guidance*), reforçando que futuras decisões dependerão da evolução dos indicadores



econômicos.

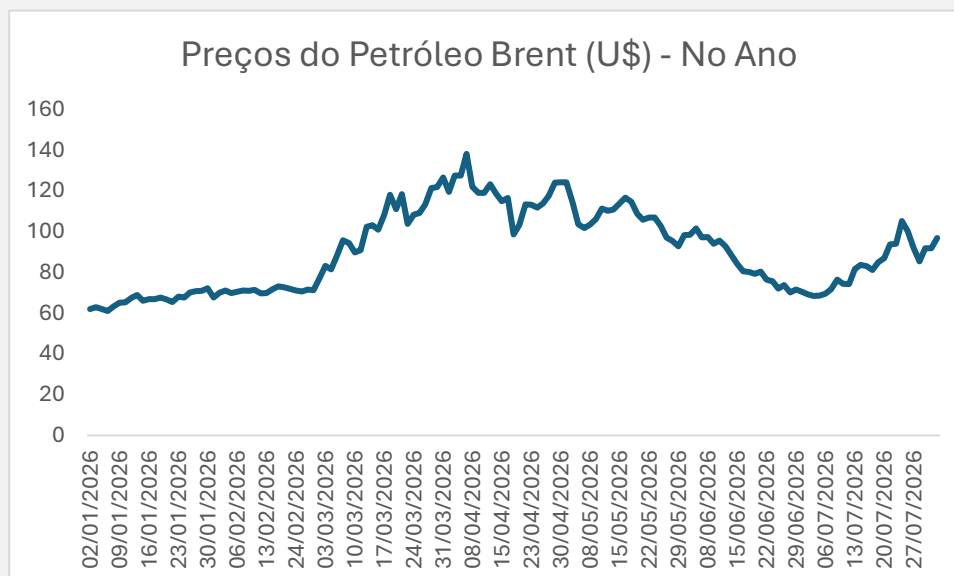
A taxa de desemprego permaneceu em 4,3%, enquanto o índice de preços ao consumidor (CPI) apresentou alta de 0,5% em maio, acumulando 4,2% em doze meses, influenciado, principalmente, pela elevação dos preços de energia, além das pressões persistentes em habitação e alimentação.

No mercado acionário norte-americano, os principais índices apresentaram comportamento misto ao longo do trimestre. Após o forte desempenho observado no trimestre anterior, o setor de tecnologia passou por movimento de realização de lucros, resultando em reprecificação parcial dos ativos. Em junho, o S&P 500 recuou 1,06%, enquanto o Dow Jones avançou 2,52% e o Nasdaq 100 encerrou praticamente estável, com queda de 0,18%.

Houve aumento na preocupação do mercado financeiro com os investimentos que estão sendo realizados pelas empresas de tecnologia, principalmente, com relação à Inteligência Artificial, há dúvida se os resultados das empresas refletirão nos próximos trimestres os investimentos que estão sendo realizados, compensando o aumento do endividamento destas empresas.

Entre maio e julho de 2026, o preço do petróleo Brent apresentou grande volatilidade, caindo de, aproximadamente, US\$ 124 por barril

no início de maio para cerca de US\$ 68 no início de julho, antes de voltar a subir para patamar próximo de US\$ 83 no final do período.



O preço do petróleo Brent apresentou forte volatilidade no período devido, principalmente, às decisões da OPEP e aos conflitos geopolíticos em regiões produtoras. A queda observada entre maio e junho foi influenciada pelo aumento da produção anunciado pelo grupo OPEP, que elevou a oferta de petróleo no mercado e pressionou os preços para baixo. A recuperação registrada em julho ocorreu em meio ao aumento das tensões e conflitos em importantes regiões produtoras, com ataques às plantas produtoras, gerando preocupação com possíveis interrupções no fornecimento de petróleo. Como resultado, os investidores passaram a precificar maior risco de escassez da commodity, impulsionando novamente as cotações.

Em síntese, o encerramento do segundo trimestre confirmou o ambiente internacional caracterizado por elevada volatilidade, inflação ainda resistente e expectativa de manutenção de juros elevados nas principais economias de países desenvolvidos. Esse



contexto continuou favorecendo postura mais defensiva dos investidores e reforçou a importância da diversificação dos investimentos e da gestão ativa dos riscos nas carteiras de investimento dos fundos de pensão.

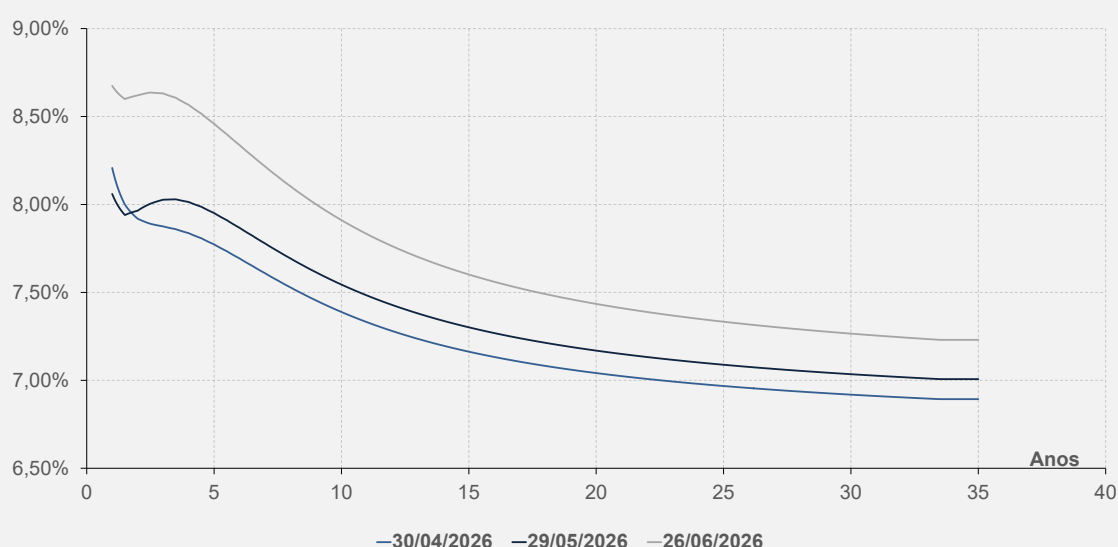
2. Cenário Doméstico

No mercado doméstico, o 2º trimestre de 2026 foi marcado, principalmente, pela continuidade do ciclo de flexibilização da política monetária conduzido pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Na reunião de junho, o Banco Central promoveu o terceiro corte de 25 pontos-base, reduzindo a taxa Selic de 14,50% para 14,25% ao ano. Apesar da continuidade do processo de afrouxamento monetário (queda da taxa de juros), a decisão foi amplamente debatida pelo mercado financeiro, visto que os indicadores econômicos continuam refletindo o ambiente de elevada incerteza e expectativas de inflação acima da meta para 2026, 2027, 2028 se aproximando de 3,50% apenas em 2029.

Na ata da reunião, o Copom destacou que a persistência dos riscos inflacionários decorre tanto dos impactos do conflito no Oriente Médio quanto da expansão fiscal doméstica. Ante a falta de clareza da tendência de convergência da inflação para o centro da meta, a reação do mercado financeiro se fez notar pelo movimento de aversão a risco que implicou no aumento da curva de juros reais,

denotando a exigência dos investidores por prêmios elevados para o Tesouro Nacional proceder com a rolagem da sua dívida via emissão de títulos públicos, como as NTN-Bs, que atingiram taxas elevadas em torno de 8% a.a., acrescidas de inflação (IPCA), para vencimentos até 2037.

Curva de juros reais (NTN-B)

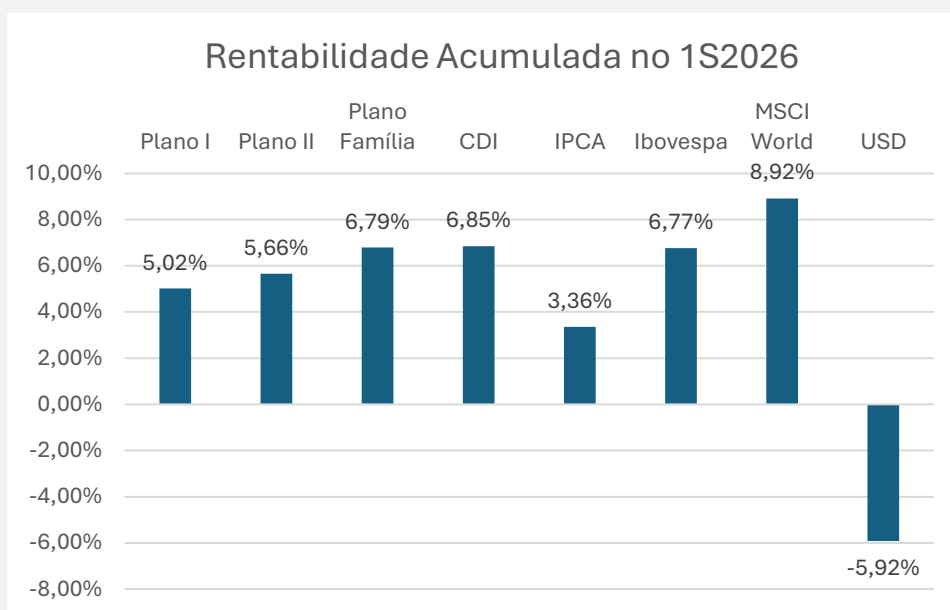


Em resumo, os ativos domésticos continuaram refletindo o ambiente de elevada volatilidade observado no cenário internacional, bem como as incertezas relacionadas ao equilíbrio fiscal brasileiro. Em junho, os principais indicadores apresentaram desempenhos distintos: o CDI avançou 1,12%, o IBOVESPA recuou 1,01%, enquanto o índice de pequenas empresas (SMLL) apresentou queda de 3,28%. No segmento imobiliário, o IFIX encerrou o mês com desvalorização de 1,21%, ao passo que o IMA-B, que representa os títulos públicos federais indexados à inflação, recuou 1,04%, refletindo a exigência da manutenção de prêmios elevados na curva de juros reais. No mercado

internacional, o MSCI World (BRL) apresentou valorização de 1,48%, favorecido também pela alta de 2,37% do dólar (PTAX) frente ao real no período.

3. Rentabilidade - Ano 2026

Abaixo, apresentamos a rentabilidade acumulada no ano de 2026 (até o mês de junho) dos principais benchmarks representativos das classes de ativos alocadas pelos Planos de Benefícios do Metrus.



A gestão dos investimentos no Metrus segue rigorosamente as Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios, aprovadas pelo



Conselho Deliberativo. Sempre que necessário, são realizados ajustes nas carteiras de investimento para reduzir os efeitos da volatilidade do mercado, capturar oportunidades e preservar os resultados obtidos, com foco na geração de retorno consistente e sustentável no longo prazo para os participantes e assistidos.

4. Glossário

CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): é o registro permanente de admissões e dispensas de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

CDI (Certificado de Depósito Interbancário): é o índice que reflete as taxas de empréstimos de curto prazo (1 dia) praticadas entre as instituições financeiras. A principal referência para o CDI é a taxa SELIC, definida pelo Banco Central do Brasil.

Copom (Comitê de Política Monetária): órgão do Banco Central criado em 1996, cujo objetivo é traçar e acompanhar a política monetária do país, sendo responsável pelo estabelecimento de diretrizes a respeito da taxa básica de juros (SELIC).

SELIC: é a taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil. Essa taxa remunera os títulos pós-fixados emitidos pelo Tesouro Nacional (Letras Financeiras do Tesouro - LFT).

IMA-B 5: é o índice que reflete o desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação (ou seja, cuja remuneração corresponde à variação da inflação acrescida de juros pré-fixados) que têm vencimento em até 5 anos.

IMA-B: é o índice que reflete o desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação com todos os vencimentos disponíveis (de 2025 a 2060).

IMA-B 5+: é o índice que reflete o desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação que têm vencimento em prazo maior que 5 anos.

NTNB 2060: trata-se do título público federal atrelado à inflação com vencimento mais longo.

IBOVESPA: principal índice de ações da bolsa brasileira, concentra os papéis com mais liquidez no mercado.

IBr-X 100: índice de ações que reúne as 100 empresas brasileiras com maior valor de mercado negociadas em bolsa de valores.

MSCIW (Brasil): Índice de fundos de investimento no exterior cuja mandato é investir em estratégias preponderantes de renda variável por meio de ações de empresas listadas em Bolsa, com maior parte da exposição em EUA e menor participação em Europa. Além disso, apresenta exposição cambial.

Small Caps: (SMLL) índice de ações que reúne papéis de empresa de menor valor de mercado em termos absolutos.